

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

30º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2013 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A respeito da ação popular, é correto afirmar:

- a) pode ser proposta pelo qualquer indivíduo, pessoa jurídica ou pelo Ministério Público.
- b) objetiva resguardar direitos constitucionalmente assegurados, mas ainda não regulamentados por lei.
- c) objetiva tutelar a moralidade administrativa, meio ambiente e patrimônio histórico e cultural.
- d) objetiva tutelar o direito de acesso à informação armazenada em bancos de dados públicos.
- e) consiste em mecanismo de democracia semidireta, mediante o qual os eleitores podem submeter projeto de lei ao Poder Legislativo.

2) A respeito da liberdade de associação, é correto afirmar:

- a) é plena a liberdade de associação, para quaisquer fins.
- b) as entidades associativas têm legitimidade para representar os seus associados judicial ou extrajudicialmente.
- c) o condomínio é um exemplo de associação compulsória admitida no direito brasileiro.
- d) é admissível a dissolução administrativa de sociedade, em caso de não pagamento de tributos, desde que haja previsão legal.
- e) a criação de associações depende de autorização específica do poder público.

3) São elementos constitutivos do Estado:

- a) Povo, território e soberania.
- b) Constituição, federalismo e separação de poderes.
- c) População e soberania.
- d) Espaço aéreo, plataforma continental e zona de exploração econômica exclusiva.
- e) Poder soberano e território.

4) Quanto à estabilidade, as constituições podem ser classificadas em:

- a) concisas ou prolixas.
- b) liberais, não-liberais e sociais.
- c) normativas, nominais e semânticas.
- d) ortodoxas ou ecléticas.
- e) imutáveis, rígidas, semirrígidas ou flexíveis.

5) Analise a seguinte passagem: “(...) é um método de interpretação que consiste em afastar o sentido mais óbvio da norma jurídica, incompatível com o texto constitucional, em favor de outro, que seja com ele compatível”. Ela se refere ao seguinte princípio de interpretação constitucional:

- a) simetria.
- b) supremacia da Constituição.
- c) presunção de constitucionalidade das leis.
- d) interpretação conforme à Constituição.
- e) unidade do ordenamento jurídico.

6) Constitui limite material ao poder de emenda ao texto constitucional:

- a) a subscrição da proposta por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) a votação obrigatória em dois turnos, por ambas as casas do Congresso Nacional, com aprovação por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) a forma federativa de Estado.
- d) a possibilidade de veto presidencial à emenda aprovada.
- e) a proibição de emenda durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

7) A respeito do direito constitucional à liberdade de reunião e manifestação em locais abertos ao público, é correto afirmar:

- a) é absoluto e, por isso, não pode ser objeto de restrição, seja por lei ou regulamento.
- b) dispensa autorização, mas deve ser previamente comunicado à Administração para que possa ser regularmente exercido.
- c) somente pode ser restringido em caso de decretação de estado de sítio pelo Presidente da República, Governador ou Prefeito.
- d) somente pode ser restringido em caso de decretação de estado de defesa pelo Presidente da República, Governador ou Prefeito.
- e) pode ser permanentemente proibido, mediante decreto, em certas áreas da cidade, em respeito ao interesse público.

8) Analise a seguinte passagem: “o princípio da (...) exige uma relação empírica entre o meio e o fim: o meio deve levar à realização do fim. Isso exige que o administrador utilize um meio cuja eficácia possa contribuir para a promoção gradual do fim”. Ela se refere ao princípio da:

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) moralidade.
- d) proporcionalidade.
- e) isonomia.

9) Dentro da categoria universal “agentes públicos”, há diversas subdivisões. Uma delas são os denominados particulares em colaboração com o poder público, dos quais são exemplos:

- a) os jurados.
- b) os policiais.
- c) os Procuradores do Estado.
- d) os Prefeitos.
- e) os empregados da Petrobras.

10) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir os seguintes tributos:

- a) taxas e imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- b) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- c) Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre serviços (ISS)
- d) imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- e) Imposto de importação e imposto sobre a transmissão de bens imóveis por ato *inter vivos* (ITBI).

11) O Presidente da República poderá dispor sobre a seguinte matéria mediante edição de decreto:

- a) organização da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- b) abertura de crédito extraordinário, em caso de calamidade pública.
- c) direito processual administrativo.
- d) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, desde que ouvido os Presidentes dos respectivos órgãos previamente.
- e) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

12) São legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) o Presidente da República.
- b) o Advogado-Geral da União.
- c) partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) a Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

13) São espécies tributárias:

- a) tarifa, taxa e preço público.
- b) empréstimo compulsório, título do tesouro nacional e impostos.
- c) imposto, taxa e contribuição de melhoria.
- d) contribuição social, tarifa e taxa.
- e) contribuição sindical, preço público e imposto.

14) São princípios do regime jurídico do serviço público, exceto:

- a) princípio da continuidade.
- b) princípio da modicidade tarifária.
- c) princípio da universalidade ou generalidade.
- d) princípio da livre iniciativa.
- e) princípio da adaptabilidade ou atualização.

15) Analise a seguinte passagem: *"(...) é uma autarquia especial, sujeita a regime jurídico que assegure sua autonomia em face da Administração direta e investida de competência para a regulação setorial"*.

Ela se refere às/aos:

- a) sociedades de economia mista.
- b) empresas públicas.
- c) fundações autárquicas.
- d) órgãos administrativos.
- e) agências reguladoras.

DIREITO CIVIL

16) A respeito da administração das pessoas jurídicas, é incorreto afirmar que:

- a) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela unanimidade de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- d) Nas sociedades simples, aplicam-se à atividade dos administradores, no que couber, as disposições concernentes ao mandato.
- e) O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

17) Analise as afirmações a seguir, em relação aos bens, e em seguida marque a opção correta:

I. Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

II. São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

III. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

IV. São singulares os bens que, embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.

- a) apenas a II está correta.
- b) I, II e III estão corretas.
- c) I, III e IV estão corretas.
- d) I, II e IV estão corretas.
- e) II, III estão corretas.

18) A respeito das associações, é correto afirmar que:

a) Os associados devem ter iguais direitos, sendo nula a cláusula que estabeleça vantagem especial para qualquer categoria.

b) A qualidade de associado é transmissível, exceto se o estatuto dispuser o contrário.

c) Dissolvida a associação, seu patrimônio líquido, depois de deduzidas as quotas, será destinado a entidades de fins lucrativos ou não, designadas no seu estatuto.

d) A alteração do estatuto das associações é de competência exclusiva do seu presidente.

e) A exclusão do associado só é admissível por justa causa, em processo administrativo que assegure direito de defesa e recurso.

19) Um soldado do exército desapareceu no curso de uma guerra, quando engajado em operação militar em região de fronteira. Decorridos dois anos do término dos confrontos, esgotadas todas as possibilidades de busca, o soldado não foi encontrado. Diante dessas circunstâncias, autoriza o Código Civil:

a) a declaração de morte presumida do soldado, sem prévia decretação de ausência.

b) a declaração de ausência, com simultânea nomeação de curador.

c) a decretação de ausência do soldado para, posteriormente, ser declarada a presunção de sua morte.

d) a declaração de ausência do soldado e, passados dez anos sem que dele se tenha notícias, a sucessão de seus bens.

e) a declaração da morte presumida, vedada, porém, a sucessão dos bens do soldado, que só poderá ocorrer se, decorridos dez anos, este não retornar.

20) O contrato de compra e venda de bem imóvel, celebrado por instrumento particular, pelo preço de R\$ 20.000,00:

a) Não é válido, uma vez que a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência da propriedade imóvel.

b) É válido, pois vigora em nosso ordenamento o princípio da liberdade das formas negociais, inexistindo qualquer vedação à transferência de bens, móveis ou imóveis, independentemente do seu valor, por meio de instrumento particular.

c) O contrato só será válido se assinado por duas testemunhas.

d) É válido, pois a escritura pública só é essencial à validade dos negócios jurídicos que transfiram direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

e) Não é válido, uma vez que a transferência de bens imóveis só se perfaz com o registro do título e os contratos particulares não podem ser registrados.

21) Marque a opção que, de acordo com o Código Civil, contém exemplo de sociedade não personificada:

- a) sociedade simples.
- b) sociedade em conta de participação.
- c) sociedade cooperativa.
- d) sociedade anônima.
- e) sociedade em comandita por ações.

22) Marque a opção incorreta a respeito da classificação do negócio jurídico:

- a) O negócio jurídico unilateral não receptício se aperfeiçoa pela simples declaração do autor e produz efeitos sem que haja necessidade de aceitação do beneficiário.
- b) Os negócios jurídicos onerosos comutativos são aqueles em que se verifica um equilíbrio entre as prestações pactuadas, de forma que as vantagens auferidas pelos contratantes se equivalem.
- c) Plurilaterais denominam-se os negócios jurídicos em que se conjugam, no mínimo, duas vontades paralelas, admitindo-se número superior, desde que direcionadas para a mesma finalidade.
- d) Os negócios jurídicos gratuitos, nos quais a outorga de vantagem a uma das partes independe da contraprestação da outra, sempre se caracterizam por também serem negócios unilaterais.
- e) Negócios jurídicos bifrontes podem ser onerosos ou gratuitos, segundo a vontade das partes.

23) Em matéria de contratos, assinale a alternativa verdadeira:

- a) as partes podem celebrar contratos atípicos, que não se submetem às normas estabelecidas pelo Código Civil.
- b) o princípio da boa-fé não incide na fase preliminar à conclusão do contrato.
- c) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deve-se adotar a interpretação que atenda mais à intenção das partes do que ao sentido literal da linguagem.
- d) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- e) o ordenamento brasileiro veda a celebração dos pactos sucessórios.

24) O Código Civil de 2002 consagrou um movimento evolutivo da responsabilidade civil, prevendo, no artigo 927, parágrafo único, uma cláusula geral de responsabilidade objetiva. Sobre a temática da responsabilidade civil, marque a alternativa correta:

- a) o autor do dano terá a obrigação de repará-lo, independentemente de culpa, apenas nos casos especificados em lei.
- b) o ordenamento civil brasileiro adotou, genericamente, a teoria do risco integral, não admitindo qualquer causa excludente de responsabilidade.
- c) a teoria da responsabilidade objetiva, fundada no risco, permite o reconhecimento da obrigação de indenizar por ameaça de lesão, independentemente de dano efetivo.
- d) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo, não dispuserem de meios suficientes ou não forem localizadas.
- e) são responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhe competir, ou em razão dele.

25) Em relação aos defeitos do negócio jurídico, escolha a opção incorreta:

- a) em regra, os motivos para a realização de um negócio jurídico são irrelevantes para o direito. Assim, o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- b) de acordo com o Código Civil, não é possível reconhecer o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar pessoa não pertencente à sua família, assume obrigação excessivamente onerosa.
- c) ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se tenha celebrado.
- e) o dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

26) João e Marcelo celebram contrato de compra e venda de um maquinário, pelo qual o primeiro deve pagar o preço em 12 (doze) parcelas e Marcelo deve entregar a máquina, após o recebimento do preço. As partes estipularam, expressamente, a possibilidade de resolução do contrato em caso de inadimplemento. Escolha a alternativa incorreta:

- a) João, antes de adimplida sua obrigação de pagamento, não pode exigir o implemento da obrigação de entrega por Marcelo.
- b) ante a existência de cláusula contratual, qualquer contratante pode resolver o contrato, caso o outro não cumpra a sua prestação, sem necessidade de intervenção judicial.
- c) as partes podem celebrar distrato, pela mesma forma exigida para o contrato.
- d) de acordo com a jurisprudência do STJ, em situações como a do exemplo, o pagamento de onze das doze parcelas caracteriza adimplemento substancial, evitando-se a resolução do contrato.
- e) neste tipo de contrato, a exceção de contrato não cumprido pode ser alegada por falta de entrega de manual de instruções.

27) Em tema de obrigações, marque a alternativa errada:

- a) a solidariedade das obrigações, que não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) se, no caso de obrigação de dar coisa certa, a coisa se perder sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos.
- c) nas obrigações de dar coisa certa, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, deverá o credor aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- d) em caso de obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- e) nas obrigações de fazer, se o fato puder ser executado por terceiro, poderá o credor manda-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível.

28) Em relação à invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que:

- a) é nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- b) é nulo o negócio jurídico quando celebrado por excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- c) é nulo o negócio jurídico por fraude contra credores.
- d) é anulável o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- e) é anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.

29) Marque a alternativa correta:

- a) é de 5 (cinco) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.
- b) é nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- d) admite-se apenas a renúncia expressa da prescrição, que só valerá depois que a prescrição se consumar.
- e) a prescrição ocorre em 5 (cinco) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

30) Sobre a responsabilidade civil, anote a opção incorreta:

- a) segundo Súmula do STJ, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- b) é lícita a cumulação de indenizações por dano estético e dano moral.
- c) de acordo com a jurisprudência do STJ, a mera devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- d) a indenização deve corresponder à extensão do dano, sendo ilegítimo qualquer tabelamento legislativo.
- e) em hipótese de danos morais, o juiz nunca poderá reduzir, equitativamente, a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, por força do princípio da dignidade da pessoa humana.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, o juiz proferirá sentença:

- a) necessariamente de improcedência do pedido;
- b) que se limitará à aplicação de multa por litigância de má-fé;
- c) que obste aos objetivos das partes;
- d) necessariamente de extinção do processo sem exame de mérito;
- e) que se limitará à comunicação do fato à Ordem dos Advogados do Brasil.

32) Dentre os itens enumerados abaixo, assinale aquele que representa uma hipótese de extinção do processo com julgamento de mérito:

- a) quando o feito ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
- b) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- c) quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada;
- d) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação;
- e) quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.

33) Os prazos para interposição de apelação e de agravo de instrumento, quando não figura como recorrente a Fazenda Pública, são de:

- a) 20 e 15 dias, respectivamente;
- b) 15 e 10 dias, respectivamente;
- c) 15 dias, para ambos os recursos;
- d) 30 e 20 dias, respectivamente;
- e) 10 dias, para ambos os recursos.

34) Com relação à garantia fundamental da assistência jurídica aos desamparados, é correto afirmar, de acordo com a previsão literal da Constituição Federal de 1988, que:

- a) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- b) a assistência jurídica somente terá lugar após a judicialização do conflito social, sem margem para a atividade de consultoria extrajudicial;
- c) exige-se o requisito da justa causa da postulação para o acesso à assistência jurídica;
- d) a Defensoria Pública não pode patrocinar causas movidas em face da Administração Pública;
- e) mesmo quando devida, a assistência jurídica não será gratuita, sendo passível de exigência de caução.

35) Não compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:

- a) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;
- b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- c) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- d) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

36) Em um processo que tramita perante uma das varas de Fazenda Pública da Capital, um determinado juiz deferiu, ao despachar a petição inicial, tutela antecipada contra o Estado do Rio de Janeiro, determinando a entrega de medicamentos ao autor no prazo de 48 horas. Entretanto, da decisão não constava qualquer fundamentação.

Diante da situação narrada, indique a resposta correta:

- a) No caso em análise, o juiz ofendeu o princípio da inafastabilidade da jurisdição, eis que não conferiu a tutela jurisdicional pretendida pela parte.
- b) A decisão do juiz ofendeu o princípio da fundamentação das decisões judiciais, que possui embasamento constitucional, na medida em que a decisão não foi motivada.
- c) O juiz não poderia deferir a tutela antecipada sem a oitiva prévia da Fazenda Pública, eis que o princípio da ampla defesa e contraditório impedem quaisquer decisões interlocutórias proferidas sem a manifestação prévia da parte contrária.
- d) O juiz, ao proferir essa decisão, violou o princípio do juiz natural, uma vez que não era o juízo competente para o caso concreto, mas sim o juízo da vara de Execução Fiscal.
- e) A decisão do juiz violou o princípio da isonomia, uma vez que determinou a entrega de medicamentos em detrimento da coletividade, já que o pagamento de medicamentos para determinada pessoa enseja a perda de recursos financeiros para os demais projetos do Governo Estadual.

37) É cabível o chamamento ao processo:

- a) Quando alguém detém a coisa em nome alheio e é demandado em nome próprio;
- b) Do devedor, na ação em que o fiador for réu;
- c) Do Ministério Público, em ação que o Município é réu e está presente o interesse da coletividade;
- d) Quando o terceiro pretende, no todo ou em parte, o direito que controvertem autor e réu;
- e) Para o ingresso do litisconsorte necessário.

38) Dá-se a continência entre duas ou mais ações:

- a) Quando reproduz-se de forma idêntica demanda já ajuizada;
- b) Quando é comum o objeto ou a causa de pedir;
- c) Quando autor e réu são os mesmos em ambas as demandas;
- d) Sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- e) Quando o réu, ao contestar, também ajuíza uma reconvenção.

39) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade:

- a) O juiz deve, em qualquer hipótese, reconhecer tal nulidade de ofício;
- b) É nulo o processo;
- c) Anulado tal ato ficam sem efeito todos os atos subsequentes, sem exceção;
- d) Os atos subsequentes não são atingidos, em razão da absoluta independência dos atos processuais distintos;
- e) A decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

40) Acerca da coisa julgada assinale a alternativa incorreta:

- a) Em se tratando de relação jurídica continuativa, caso ocorra modificação no estado de fato ou de direito a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;
- b) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, eis que imperativo de segurança jurídica;
- c) É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão;
- d) Os motivos não fazem coisa julgada;
- e) Fará coisa julgada a resolução da questão prejudicial se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

A DERROTA DA RAZÃO

LUÍS ROBERTO BARROSO*

O Estado do Rio, por decisão política do governador Sérgio Cabral, vai ao Supremo Tribunal Federal questionar o novo regime jurídico dos royalties. O Congresso acaba de derrubar o veto da presidente Dilma. Com isso, entrará em vigor lei que é gravemente prejudicial aos estados produtores, sobretudo o Rio, responsável por 80% da produção nacional de petróleo. O impacto sobre as finanças do estado é devastador. Há no episódio, porém, algumas perdas mais graves do que o prejuízo econômico. Perdas institucionais e morais. A primeira e mais evidente é a violação a diversos dispositivos da Constituição. De fato, nela se assegura o direito aos royalties como compensação aos estados produtores por riscos ambientais, despesas com infraestrutura e necessidade de expansão dos serviços públicos. Os royalties não têm finalidade redistributiva de rendas. Por certo, a União pode ajudar a quem quiser com a sua parcela dos royalties, mas não tem o direito de tirar recursos alheios.

Paralelamente à questão jurídica, há um problema ético, que é o dever de honrar compromissos. Quando da Constituição de 1988, foi firmado um acordo entre os estados. Os produtores de petróleo abriam mão de cobrar o ICMS, que passou a ser pago no destino do produto, e não na origem, como é a regra geral. Em contrapartida, receberiam o valor correspondente aos royalties. Este foi o pacto federativo originário. A redução drástica dos royalties devidos aos estados produtores, sem o restabelecimento do ICMS, constitui uma deslealdade federativa e o rompimento daquilo que foi ajustado no momento da redemocratização e reconstitucionalização do país.

Pior do que tudo, a nova lei pretende retirar de estados produtores royalties devidos por contratos de concessão celebrados de longa data. Trata-se de uma aplicação retroativa da lei, condenada pela Constituição e por todos os tribunais do mundo. Caberá ao STF restabelecer o primado da razão e da justiça, subitamente atropeladas pela aflição financeira e pelas paixões políticas.

* Professor titular de Direito Constitucional da UERJ.

Fonte: O Globo, 10 de março de 2013

41) Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Aponta-se, no texto, que o projeto da Presidente Dilma vai ao encontro dos dispositivos da Constituição sobre os direitos dos royalties do petróleo.

II. O autor do texto contraria a posição da Constituição sobre a necessidade de os estados produtores de petróleo redistribuírem as parcelas dos royalties como forma de compensação aos danos ambientais.

III. Afirma-se, no texto, que a nova lei do Congresso traz prejuízos, em todas as instâncias governamentais, para todos os estados brasileiros.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se nenhuma das afirmativas estiver correta.
- e) se apenas afirmativa I estiver correta.

42) Considerando os procedimentos linguísticos de articulação entre o 2º e 3º parágrafos do texto, correto afirmar que:

- a) O terceiro parágrafo não está articulado com o segundo, já que se inicia com o modalizador “paralelamente”.
- b) O terceiro parágrafo está articulado somente com o primeiro pelo emprego de palavras do mesmo campo semântico.
- c) O terceiro parágrafo está articulado com o segundo pela continuidade da discussão sobre “perdas institucionais e morais”.
- d) O segundo e o terceiro parágrafos se articulam pelo emprego de conectivos de oposição.
- e) O terceiro parágrafo se articula com o primeiro, tendo em vista o argumento discutido sobre a desarticulação do governo do Estado.

43) No processo argumentativo, o uso do adjetivo “devastador” em “O impacto sobre as finanças do estado é devastador”, tem como intenção:

- a) acrescentar ao texto jornalístico um caráter jurídico.
- b) garantir uma certa cientificidade ao artigo de opinião.
- c) estimular o uso da verbosidade na linguagem dos artigos jornalísticos.
- d) marcar enfaticamente o caráter opinativo da discussão.
- e) valorizar um estilo impessoal e preditivo da comunicação.

44) Observando o tipo de composição do texto, conclui-se que ele é:

- a) dissertativo, com elementos narrativos e poéticos.
- b) narrativo, com elementos descritivos e dissertativos.
- c) descritivo, com exclusão de argumentos.
- d) narrativo, com exclusão de descrições.
- e) dissertativo, com inclusão de argumentos.

45) Na frase “Paralelamente à questão jurídica, há um problema ético, que é o dever de honrar compromissos” foi corretamente empregado o acento indicativo de crase. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase também está corretamente empregado:

- a) Dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar uma reunião urgente com o governador do Estado.
- b) A Constituição refere-se à dispositivos de caráter institucional e moral.
- c) Prefere-se questionar o novo regime jurídico dos royalties à desrespeitar a Constituição.
- d) O governador falará apenas àqueles ministros interessados na nova lei.
- e) É iminente ir à Brasília reivindicar os direitos de nosso Estado.

46) Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que prejuízo.

- a) jurídica.
- b) petróleo.
- c) econômico.
- d) originário.
- e) país.

47) “Os produtores de petróleo abriam mão de cobrar o ICMS, que passou a ser pago no destino do produto, e não na origem, como é a regra geral”.

Sabe-se que o verbo pagar possui duplo participípio e uma regência especial. Assinale o item correto com relação a essa regência.

- a) Pagou-lhe o imposto.
- b) Pagou-lhe ao imposto.
- c) Pagou-lhe a todos produtores de petróleo.
- d) Pagou-o os produtores de petróleo.
- e) Pagou a ele aos impostos.

48) *"Há no episódio, porém, algumas perdas mais graves do que o prejuízo econômico."*

Substituindo o verbo haver que inicia o período pelo locução verbal deve existir, teremos:

- a) Deve existir.
- b) Deve existirem.
- c) Devem existir.
- d) Deviam existirem.
- e) Deverão existirem.

49) Uma das alternativas abaixo apresenta incorreção quanto ao emprego do hífen:

- a) É contraproducente a discussão sobre a atitude do Congresso na última votação.
- b) A questão dos royalties do petróleo está interrelacionada à paixão política.
- c) É difícil preestabelecer a pauta de discussão no Congresso diante de tantas divergências políticas.
- d) Não respeitar a Constituição é uma atitude antissocial.
- e) O Congresso foi super-resistente ao veto da presidente Dilma.

50) Coesão textual se manifesta por elementos linguísticos formais que assinalam o vínculo entre os componentes de um texto e que precisam estar também em concordância gramatical com as demais ideias do período e/ou parágrafo. Identifique a frase correta e coesa.

- a) Mais de duas mil pessoas compareceram ao Congresso para apoiar a decisão onde seria discutido o novo regime para os royalties.
- b) Não concordo em nenhuma hipótese com os argumentos do governo, pois eles vão ao encontro dos meus.
- c) O Congresso, que ficava em um local em que era muito distante para a população estar presente.
- d) A população, como reconhecesse a enorme necessidade dos royalties para o Rio de Janeiro, ao final da sessão, aplaudiu, por alguns minutos, o governador de pé.
- e) Durante a sessão do Congresso, em nenhum momento o governador não negou que tivesse sido ele o autor daquela fala para a presidenta Dilma.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº E-14001.007584/2013

Data: 08/11/2013

Rubrica

Fls. 59



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

**30º. EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art.16 do Regulamento do 30º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) C
- 2) B
- 3) A
- 4) E
- 5) D
- 6) C
- 7) B
- 8) D
- 9) A
- 10) D
- 11) A
- 12) B
- 13) C
- 14) D
- 15) E

DIREITO CIVIL:

- 16) B
- 17) C
- 18) E
- 19) A
- 20) D
- 21) B
- 22) D
- 23) D
- 24) E
- 25) B
- 26) E

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-14/01-02958 F. 120 13	
Data: 08 / 11 / 2013	
Rubrica	Fls. 60

- 27) C
- 28) A
- 29) B
- 30) E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL


- 31) C
- 32) D
- 33) B
- 34) A
- 35) A
- 36) B
- 37) B
- 38) D
- 39) E
- 40) B

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

- 41) E
- 42) C
- 43) D
- 44) E
- 45) D
- 46) E
- 47) A
- 48) C
- 49) B
- 50) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2013.


f/ **LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO**
Procurador-Chefe do CEJUR
Presidente da Comissão de Seleção de Estagiários